



DOSSIER  
Deporte y Totalitarismos

## LOS CAMPEONES DEL RÍO DE LA PLATA: FÚTBOL Y DICTADURA EN ARGENTINA Y URUGUAY

The champions of the Río de la Plata:  
Football and dictatorship in Argentina and Uruguay.

Lívia Gonçalves Magalhães

Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal Fluminense  
[liviagm@id.uff.br](mailto:liviagm@id.uff.br)

Recibido: 03-07-2018 - Aceptado: 15-11-2018

**Cómo citar este artículo/Citation:**

Lívia GONÇALVES MAGALHÃES, "Los campeones del Río de la Plata: Fútbol y dictadura en Argentina y Uruguay", *Hispania Nova*, 17 (2019), págs. 470-493.

DOI: <https://doi.org/10.20318/hn.2019.4530>

**Copyright:** © HISPANIA NOVA es una revista debidamente registrada, con ISSN 1138-7319 y Depósito Legal M 9472-1998. Los textos publicados en esta revista están –si no se indica lo contrario– bajo una licencia Reconocimiento-Sin obras derivadas 3.0 España de Creative Commons. Puede copiarlos, distribuirlos y comunicarlos públicamente siempre que cite su autor y la revista y la institución que los publica y no haga con ellos obras derivadas. La licencia completa se puede consultar en: <http://creativecommons.org/licenses/by-nd/3.0/es/deed.es>

**Resumen:** En 1978, Argentina fue sede de la 11ª edición del Mundial de Fútbol de la Fifa, bajo un régimen dictatorial que empezaba sufrir el desgaste interno y externo con las graves denuncias de violaciones de derechos humanos. A fines de 1980 e inicio de 1981, Uruguay organizó y fue sede de la Copa de Oro de los Campeones Mundiales que, aunque no tenía la misma dimensión de un Mundial, había recibido el aval de Fifa, que celebraba los 50 años de su primer torneo. También bajo una dictadura, los uruguayos celebraron el éxito en el campo, así como lo hicieron los argentinos dos años antes, y vieron cómo la organización y el posterior triunfo se mezclaron en el discurso oficial de los regímenes. A partir del análisis de ambos eventos y ambas victorias, buscamos pensar las relaciones entre fútbol y autoritarismo en Argentina y Uruguay, así como el cuestionar las disputas y los discursos de memoria que suelen asociar deporte y dictadura..

**Palabras clave:** Argentina, Uruguay, fútbol, dictadura, memoria.

**Abstract:** In 1978, Argentina hosted the 11th edition of the Fifa World Cup, under a dictatorial regime that began to suffer internal and external attrition with serious denunciations of human rights violations. In late 1980 and early 1981, Uruguay organized and hosted the Gold Cup of the World Champions which, despite not having the same importance as a World Cup, was endorsed by Fifa, which celebrated the 50th anniversary of its first tournament. Also under dictatorship, the Uruguayans celebrated the victory in the field, just like the Argentines two years before, and saw both the organization and the conquest involved in the official discourse of the regimes. From the analysis of the two events and two victories, we intend to reflect about the relations between soccer and authoritarianism in Argentina and Uruguay, as well as questioning the disputes and the memorialistic speeches that associate sport and dictatorship.

**Key Words:** Argentina, Uruguay, football, dictatorship, memory ruption.

## INTRODUÇÃO

Em 2018, a Fifa organizou mais uma edição de sua Copa do Mundo de futebol masculino, o maior torneio futebolístico do planeta. Esta vigésima primeira edição, sediada pela Rússia, ocorreu a 40 anos do emblemático mundial da Argentina, em que a seleção anfitriã garantiu sua primeira conquista em um contexto ditatorial que ainda é a principal marca daquele evento. Dois anos e meio depois, no final de 1980 e nos primeiros dias de 1981, o vizinho Uruguai, também sob uma ditadura, sediou outro evento oficial da Fifa: não era uma Copa do Mundo, a Copa de Ouro dos Campeões Mundiais (como foi chamado, apesar de mais conhecido como *Mundialito*), mas celebrava exatamente os 50 anos da primeira edição daquela competição<sup>1</sup>. Hoje, Copa e Copinha são lembradas internacionalmente a partir do contexto autoritário de seus países sedes.

De fato, durante muitos anos, a memória que permaneceu sobre a associação entre esporte e poder foi a do uso negativo do desporto a favor de interesses políticos. A abordagem mais comum feita sobre a relação entre esporte e política é relacionada ao seu uso por governos autoritários como forma de legitimação, propaganda política e consenso. Segundo Douglas Vasconcellos, o esporte de forma geral “serviu de móvel, mote e meio de propagandas nacionalistas, de teatro de peças políticas, de palanque de discursos populistas e de plataforma de pretendido domínio ideológico”<sup>2</sup>. Foi assim nos casos Copa do Mundo da Itália em 1934 e dos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. Estes dois eventos tornaram-se referência nas análises do papel do esporte na política, ao mesmo tempo em que cultivaram uma imagem negativa desta relação.

---

<sup>1</sup>Inicialmente, o nome do evento seria mesmo *Mundialito*. Em uma das primeiras reuniões de organização no início de 1980, Herman Neuberger, vice-presidente da Fifa e responsável da entidade na Comissão Organizadora, propôs a troca do nome para “Copa de Ouro”.

<sup>2</sup> Douglas Wanderlei VASCONCELLOS, *Esporte, Poder e Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p. 7.

Ao trazer a questão para a América Latina, o papel que o futebol representa nessas sociedades também foi associado ao período dos últimos regimes autoritários das décadas de 1960 e 1970. Neste sentido, a Copa do Mundo de 1978, realizada na Argentina sob a ditadura civil-miliar (1976-1983), criou a memória da “Copa da ditadura”, mistificando que aquela foi uma conquista do próprio regime, ignorando outras variáveis, atores e realidades que viveram aquele evento. E a história do esporte está repleta de exemplos que permitem outras interpretações destas manifestações diversas, como, dependendo da interpretação, podemos pensar o caso do Uruguai e a Copa de Ouro em 1980-81. E por isso pretendemos aqui pensar estes dois casos.

Porém, considerando o papel do futebol na construção de identidades e culturas políticas na Argentina e no Uruguai, podemos compreender o sentido do interesse dessas ditaduras em organizar um evento em casa em que pudessem construir/renovar determinado consenso. No caso argentino, rendeu à ditadura um importante momento de diálogo e renovação do consenso quando se esgotava o apoio à justificativa inicial do golpe de 1976, o aniquilamento da “subversão de esquerda”; por sua vez, os militares uruguaios investiam em sua tentativa de institucionalização através de uma proposta de reforma constitucional.<sup>3</sup>

No momento de realização dos eventos analisados, amplos segmentos da sociedade argentina e uruguaia estavam excluídos do jogo político e controladas por uma repressão que não permitia manifestações coletivas. Neste contexto, os governos precisavam trabalhar sua imagem constantemente, para assim gerar canais de aproximação com a sociedade. Considerando, como aponta Rondón ao tratar o futebol sul-americano que “como imaginario, la identidad nacional necesita y se construye en base a determinados mitos e iconos, ya sean de carácter fundacional o, a raíz de los cambios culturales que han acompañado a la globalización y el capitalismo, gracias a la irrupción de

---

<sup>3</sup> O Plebiscito ocorreu em 30 de novembro de 1980. Já o *Mundialito* ocorreu entre 30 de dezembro de 1980 e 10 de janeiro de 1981. Surpreendentemente, o regime perdeu com a maioria votando pelo “Não” à proposta de reforma constitucional que manteria os militares no poder. Porém, devemos pensar que a proposta inicial da ditadura era a Copa de Ouro como celebração da vitória eleitoral.

nuevas proposiciones identitárias”<sup>4</sup>, se torna ainda mais interessante pensar a procura dessas ditaduras em usar a seleção nacional como parte de sua renovação de consenso.

Este artigo é o resultado de uma pesquisa mais ampla sobre futebol e autoritarismo na América do Sul e da comparação a partir de análises anteriores separadas de cada um dos eventos mencionados. O trabalho está dividido em 3 partes principais, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira parte, *A Argentina sob o “Processo”* nossa proposta é contextualizar o regime autoritário argentino entre 1976 e 1983. Na segunda parte, *Ditadura e transição no Uruguai*, será a vez de nos dedicarmos ao caso da ditadura deste país, que governou entre 1973 e 1985. Finalmente, na terceira parte, *A festa e a vitória em casa* faremos uma análise da Copa de 1978 e do *Mundialito* de 1980 e suas repercussões no contexto autoritário. Nos interessa, também, pensar as memórias destas últimas décadas que associam as vitórias em campo com as ditaduras, questionando dicotomias simplistas que reduzem as percepções do papel do futebol nessas sociedades, assim como pensar a ideia de esquecimento dos êxitos esportivos no pós-autoritarismo.

## **A ARGENTINA SOB O “PROCESSO”**

Em 25 de dezembro de 1975, o então chefe do Exército, General Jorge Rafael Videla, fez um discurso de Natal dando ao governo nacional o prazo de 3 meses para reorganizar o país e conter a instabilidade. Era o auge de uma crise marcada pela violência política dos grupos paramilitares de direita e do próprio Estado, como a Aliança Anticomunista Argentina (Triple A), e a guerrilha de esquerda – mesmo que no momento do golpe ela já estivesse desarticulada e praticamente eliminada-, pela crise institucional e pelo descontrole econômico<sup>5</sup>. Vencido o prazo, em 24 de março de 1976, as Forças Armadas deram um golpe e instauraram um regime autodenominado Processo de Reorganização Nacional.

Tal situação prévia à ditadura levou parcelas significativas da sociedade a apoiar uma nova intervenção militar no regime constitucional instaurado há apenas três anos.

---

<sup>4</sup> Gloria de los Ángeles Zarza RONDÓN, “El fútbol como fiesta, el balón como bandera”, *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, 33 (2017), p. 2.

<sup>5</sup> Marcos NOVARO, Vicente PALERMO, *Historia Argentina v. 9 – La dictadura Militar 1976/1983, del golpe de Estado a la restauración democrática*, Buenos Aires: Paidó, 2003.

Após o falecimento do então presidente Juan Domingo Perón em 1974, a vice-presidente María Estela Martínez de Perón (mais conhecida como Isabel Perón) não foi capaz de conter as distintas facções peronistas, além dos grupos de esquerda e de direita que começaram a enfrentar-se, gerando uma sensação de caos e desgoverno na sociedade, iniciando uma intensa crise política, econômica e social. Diante deste quadro, não foi difícil para os militares conseguir novamente o apoio das camadas civis para uma intervenção a partir da ideia de que eles eram os únicos capazes de pôr fim à crise, restabelecendo a ordem e o monopólio estatal do uso da força. Portanto, é consenso que o golpe argentino foi resultado de um plano bem elaborado, e, em 1975, os militares já se juntavam com membros da elite civil para desenhar a futura intervenção armada e a derrocada do governo de Isabel Perón<sup>6</sup>.

A perseguição à oposição, considerada pelo Processo como “subversão de esquerda”, significou a violação sistemática dos direitos humanos, através da tortura, do assassinato, do exílio e do desaparecimento forçado. E, como destaca Pilar Calveiro em sua análise, o caso argentino também foi marcado pela trágica realidade dos centros clandestinos de detenção<sup>7</sup>. Por sua vez, Quiroga e Novaro e Palermo<sup>8</sup>, entre outros, apontam para as muitas disputas internas marcaram as Forças Armadas argentinas naquele período, e que a unidade entre as armas existia no mesmo ponto em que se justificava o apoio e o consenso inicial por parte da sociedade: a luta contra a guerrilha e a “subversão”<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Ricardo SIDICARO, “El régimen autoritario de 1976: refundación frustrada y contrarrevolución exitosa”, Hugo Quiroga y César Tcach (org.), *A veinte años del golpe con memoria democrática*, Rosario, Homo Sapiens Ediciones, 1996, pp. 9-26.

<sup>7</sup> Pilar CALVEIRO, *Poder y desaparición*. Buenos Aires, colihue, 2006.

<sup>8</sup> Hugo QUIROGA, “La verdad de la justicia y la verdad de la política. Los derechos humanos en la dictadura y en la democracia”. En Hugo QUIROGA e César TCACH (org.). *A veinte años del golpe con memoria democrática*. Rosario, Homo Sapiens Ediciones, 1996, pp. 67-86 ; Marcos NOVARO, Vicente PALERMO, *Historia... , op. Cit.*

<sup>9</sup> Os principais grupos guerrilheiros existentes na Argentina neste momento eram os *Montoneros* e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP), ambos, como dito anteriormente, já desarticulados no final de 1975. No entanto, foi o suposto combate à guerrilha de esquerda que permitiu às Forças Armadas argentinas conseguir o apoio ao golpe e ao regime consequentemente estabelecido. Foi a partir do consenso em torno do extermínio daqueles que eram considerados como inimigos internos que o governo argentino criou um aparelho de violência e repressão sem precedentes na história do país.

Neste contexto, a realização da Copa do Mundo se converteu em mais um espaço de conflito entre as Forças Armadas, e um dos principais pontos de desavença foi seu custo. Para alguns, tratava-se de um valor abusivo em um momento econômico delicado, além do fato de muitos não acreditarem que o governo seria capaz de terminar todas as obras necessárias em tempo. Por fim, os militares decidiram pela realização da Copa, pois sabiam os benefícios que poderiam conseguir com a realização do evento<sup>10</sup>. De fato, os gastos superaram em muito os prognósticos oficiais. Em entrevista ao jornal espanhol *El País* em 1982, ainda sob ditadura, o ex-Ministro Roberto Teodoro Alemann afirmou que o valor foi, ao menos, dez vezes maior do que o proposto inicialmente:

*(...) en una reunión con altos oficiales Lacoste [vice- presidente do Comité Organizador] presupuestó que el Mundial costaría unos 7.000 millones de pesetas, agregando que buena parte de este gasto sería recuperado con las ganancias. Alemann reveló que el entonces ministro de Obras Públicas, Federico Camba, le comentó al ex presidente de la nación, general Jorge Videla, que era inconveniente hacer el mundial por el costo, pero Videla, de acuerdo a los cálculos de Lacoste, le dijo que apenas costaría esos 7.000 millones de pesetas, "Camba quiso rectificarle", señaló Alemann, "aclarando que costaría: bastante más, pero Videla le respondió: bueno, aunque sean 10.000 millones más no pasa nada".*

*Para Alemann, "el Mundial costó unos 40.000 millones de pesetas en organización y estadios, 10.000 millones en la construcción del edificio y equipamiento de Argentina televisor a color, y 20.000 millones en aeropuertos y comunicaciones, "que es lo único útil que quedó". La cifra total, pues, alcanza los 70.000 millones de pesetas<sup>11</sup>.*

Além dos conflitos internos, também houve um forte aumento das denúncias contra as violações de direitos humanos, contra o desaparecimento forçado de direitos humanos e de exilados argentinos. Porém, o êxito tanto na realização do evento quanto na vitória da seleção no torneio garantiu ao governo um breve período de consenso - exatamente num contexto de fortes críticas. E foi mais de 5 anos depois, após da derrota na Guerra das Malvinas contra a Inglaterra em 1982, que a última junta militar realizou eleições em

---

<sup>10</sup> Andrés Alberto BUFALI; Jorge Daniel BOIMVASER; Daniel Guillermo CECCHINI, *El libro negro de los Mundiales de Fútbol*. Buenos Aires, Planeta, 1994.

<sup>11</sup> *El País*, 02/09/1982, s/n. O jornal afirma, em comparação, que a Copa de 1982, "le ha costado al gobierno español unos 15.000 millones de pesetas, pese a haberse celebrado cuatro años más tarde".

outubro de 1983 e deixou o governo em dezembro, não sem antes decretar uma auto-anistia.

Como destaca a literatura específica, o principal diferencial do processo de redemocratização argentino foi o foco dado à questão judicial: “En un momento en que no existía un marco de referencia interno que permitiera establecer una noción de estado de derecho, la noción internacional de derechos humanos se tornó especialmente significativa”<sup>12</sup>. Assim, os direitos humanos foram o marco inicial da nova democracia que se iniciava no país. Raúl Alfonsín, advogado e membro da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos - um dos principais meios de denúncia da violência estatal no período ditatorial - foi eleito o primeiro presidente democrático após o *Proceso*.

Inicialmente, na transição da ditadura e no novo período democrático, a memória coletiva que prevaleceu foi a de uma sociedade vítima da violência resultante do antagonismo e do conflito entre duas forças políticas, guerrilheiros e militares, que resultou na violência física, na forma da violação de direitos humanos de vítimas desta mesma sociedade “inocente”. Conhecida como *teoría dos dois demônios*, trata-se da concepção que aparece no informe final da CONADEP (*Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas*), de que a violência política que marcou a década de 1970 e o último regime civil-militar na Argentina foi resultado das ações tanto dos responsáveis das Forças Armadas como dos grupos guerrilheiros. Apesar de críticas por parte de organizações de direitos humanos e pesquisadores, tal interpretação ainda é bastante forte no imaginário social argentino.

Quanto à Copa de 1978, em um primeiro momento, na volta da democracia, a memória mais difundida – tanto da organização como da conquista – foi desde uma perspectiva crítica. Considerada uma “vergonha” para o país e associada diretamente à ditadura, algumas análises partem da ideia de *colaboracionismo* para pensar torcedores e jogadores. É a memória dominante por um longo período, e até hoje a mais difundida internacionalmente.

---

<sup>12</sup> Elizabeth JELIN, “La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial”, Carlos FICO (et al), *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008, p. 346.

Em um segundo momento, ganha espaço a ideia de resistência, dentro da lógica a partir de 2006, com os governos Kirchners (Néstor Kirchner 2003-2007, Cristina F. Kirchner 2007-2015), de uma nova leitura do período autoritário, em que a sociedade aparece não mais como vítima, mas como resistente. Dentro de uma memória “oficial” de crítica ao terrorismo de Estado, é interessante que essa leitura da Copa do Mundo ganhe destaque. Nesse contexto, aparecem novos trabalhos e pesquisas sobre o tema, ampliando as análises tanto sobre as relações entre esporte e sociedade como da sociedade com a ditadura<sup>13</sup>.

A organização da Copa de 1978 e a primeira conquista da seleção nacional argentina são parte importante destas disputas de memória. Se por um lado o evento jamais foi ignorado, ao longo das décadas foi repensado, revivido e rememorado de diversas formas. Geralmente, as interpretações sobre a competição acompanham as transformações que ocorrem na própria sociedade ao olhar para seu passado recente, e servem como um interessante ponto de análise das relações entre a Argentina e o autoritarismo, assim como uma referência para outras experiências, como nos propomos aqui ao pensar comparativamente o Uruguai.

## **DITADURA, TRANSIÇÃO E MEMÓRIA NO URUGUAI**

Uma das marcas da ditadura uruguaia ao tentar compreendê-la desde uma perspectiva regional é sua própria formação. Não houve, como nos outros casos, uma ação que retirou o representante eleito, mas a sucessiva influência política das Forças Armadas a partir de 1971, intensificada em 1973, levou a um golpe apoiado pelo próprio presidente Juan María Bordaberry. Nesta instância, o próprio declarou o fechamento do parlamento e a criação de um Conselho de Estado para substituir as funções legislativas.

---

<sup>13</sup> Em 2018, com Maurício Macri na presidência da República (candidato eleito pelo PRO, partido de direita que se construiu a partir da oposição ao peronismo kirchnerista), os 40 anos da Copa não foram lembrados oficialmente, um panorama muito diferente de dez anos antes, nos 30 anos da primeira conquista do país no principal evento futebolístico do mundo. Resultado também de uma forte crise que a Argentina enfrenta. Coube às organizações de direitos humanos, principalmente as que se encontram com sede na Ex-ESMA (Escola de Mecânica da Armada) manifestar-se e realizar atividades chamando a atenção para a data e sua importância no contexto da história recente do país.

Como coincidem historiadores como Aldo Marchesi, Carlos Demasi e Gerardo Caetano e José Rilla<sup>14</sup>, para citar alguns dos principais pesquisadores sobre o período, a crise política uruguaia teve início a partir de meados da década de 1960. Primeiro, veio a crise econômica, com a falência de um modelo que tinha garantido estabilidade política, social e econômica ao país desde os tempos do *battlismo*, nas primeiras décadas do século.

A deterioração institucional iniciou-se, de fato, no ano de 1967, incluindo aqui a ação da luta armada. Este foi o ano em que o colorado Jorge Pacheco Areco, vice-presidente, assumiu a presidência após a morte de Óscar Diego Gestido. Seu mandato assumiu um caráter repressivo e iniciou a dicotomia “democracia” X “marxismo”, que ganharia força durante a década de 1970 e na ditadura. Além de proibir os partidos de esquerda, como o Partido Socialista Uruguaio, iniciou um projeto de aniquilamento das organizações de luta armada, para o qual convocou oficialmente as Forças Armadas em 1971<sup>15</sup>. Neste mesmo ano, em um processo eleitoral acusado de fraudes, Juan María Bordaberry, também do partido Colorado e o candidato de Pacheco, foi eleito presidente. Porém, foi em fevereiro de 1973 que ocorreu uma mudança irreversível com a criação do Conselho de Segurança Nacional (COSENA), através do qual as Forças Armadas passaram a ter participação política de fato no governo. Em 1973 entre fevereiro e o golpe de junho:

*la derechización de los mandos militares remarcó la autonomía de las Fuerzas Armadas, que culminaron presionando por desafueros –como los de Enrique Erro y Almícar Vasconcellos- y procesando unilateralmente a militares constitucionalistas. A pesar de que el gobierno de Bordaberry renovaba sus frágiles apoyos políticos (confirmando la presencia de las minorías nacionalistas en el “Acuerdo Nacional”, todo el contexto confluía en el descaecimiento institucional: algunas votaciones clave en el Parlamento (sobre suspensión de garantías individuales, desafuero del senador Erro,*

<sup>14</sup> Aldo MARCHESI, “Uma parte do povo Uruguaio feliz, contente, alegre. Os caminhos culturais do consenso autoritário durante a ditadura”, Denise ROLLEMBERG; Samantha Viz QUADRAT (org.), *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, pp-563-595; Aldo MARCHESI, Peter WINN, “Uruguay: los tiempos de la memoria”, Peter WINN (et al), *No hay mañana sin ayer. Uruguay y las batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*, Santiago de Chile, Ediciones de la banda oriental/LOM Editores, 2014, pp. 121-204; Carlos DEMASI, “La evolución del campo político en la ditadura”, Carlos DEMASI (et al), *La dictadura cívico-militar. Uruguay 1973-1985*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2013, pp. 15-116. Gerardo CAETANO, José RILLA, *Breve historia de la dictadura*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

<sup>15</sup> Carlos DEMASI, “La evolución...” *op. cit.*

*etc.) pusieron otra vez de manifiesto el empate político que paralizaba cualquier decisión; se multiplicaban las denuncias sobre torturas, se decretaban clausuras y secuestros de órganos de prensa nacionales y argentinos, se producían atentados de grupos de extrema derecha en centros de enseñanza media, entre otras manifestaciones dramáticas de la crisis*<sup>16</sup>.

Como destacam Marchesi e Winn<sup>17</sup>, os estudos sobre a ditadura civil-militar que governou o Uruguai entre 1973 e 1985 costumam usar como referência o critério de periodização de Luis Enrique González, que divide o período em três etapas: A *ditadura comisarial*, entre 1973 e 1976: caracterizada pela ausência de um projeto político próprio da ditadura –diferente do caso argentino, como vimos-. Nesta instância, a principal preocupação da ditadura era retomar o que em seu entender era a ordem do país. O *ensaio fundacional*, entre 1976 e 1980: nesta etapa procurou-se criara as bases para um novo projeto político. A *transição democrática*, entre 1980 e 1985: após a recusa via um plebiscito da proposta de um projeto constitucional, que a ditadura apresentou como a “Nova República”.

Apesar de nossa proposta de análise também partir da periodização feita por González, que certamente permite em um primeiro momento a formulação de um quadro teórico sobre a ditadura uruguaia, é importante considerar como aponta Carlos Demasi que:

*(...) si el plebiscito fracasado de 1980 da inicio a la transición, la reconstrucción queda envuelta e la aureola triunfalista con que la sociedad civil recuerda el resultado electoral. Esto le confiere a la apertura un sentido de ineluctable linealidad: la dictadura ya estaba derrotada desde 1980 y cualquier estrategia que desplegara sólo podría demorar su retirada*<sup>18</sup>.

Logo, ao trabalhar com o exato momento do resultado do plebiscito, é preciso levar em consideração esta leitura linear que aponta Demasi sobre o período que a periodização representa. De fato, a ditadura uruguaia oscilava entre “restauração” e “inovação”, como destacaram Caetano e Rilla<sup>19</sup>. Novamente, é interessante a comparação com o caso da Argentina, em que a principal justificativa para o golpe, como vimos, foi a necessidade da

<sup>16</sup> Gerardo CAETANO; José RILLA, *Breve...*, *op. cit.*, p. 80.

<sup>17</sup> Aldo MARCHESI, e Peter WINN, “Uruguay...” *op. cit.*

<sup>18</sup> Carlos DEMASI, “La evolución...”, *op. cit.*, pp. 19-20.

<sup>19</sup> Gerardo CAETANO; José RILLA, *Breve...*, *op. cit.*

luta contra a “subversão”, enquanto as Forças Armadas uruguaias aumentaram sua influência política e social exatamente por serem consideradas as responsáveis pela aniquilação da luta armada.

Porém, a derrota da ditadura no plebiscito de 1980 significou um longo e negociado caminho de retorno à democracia. Foi apenas em 1985, após o Pacto do Clube Naval de 1984 entre militares e líderes dos partidos políticos por eles reconhecidos, que a ditadura chegou em fim. Logo, é importante destacar que o *Mundialito* aconteceu em um contexto de incertezas, em que não se sabia de fato qual seria a reação do regime e de toda a sociedade ao resultado das urnas.

O regime uruguaio não fez uma lei de auto anistia como grande parte de seus vizinhos, e o tema tornou-se um dos principais pontos de conflito para o novo governo que assumiu em 1985. Em maio do mesmo ano, foi declarada a Lei de Anistia para a libertação dos presos políticos<sup>20</sup>. Porém, a lei não incluía os policiais militares e membros das Forças Armadas acusados de crimes de lesa humanidade, o que significou a abertura de uma série de processos contra os agentes estatais. Frente a ameaça das Forças Armadas, que não estavam dispostas a responder pelo que consideravam ser uma “guerra contra a subversão”, em dezembro de 1986 foi promulgada a *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*: o Executivo deixava de fazer uso de seus poderes para castigar militares e policiais por crimes cometidos antes de março de 1985, e fechava os processos já abertos. Apesar da organização popular que juntou votos para a realização de um plebiscito sobre a anulação da lei, a mesma foi apoiada nas urnas pela maioria da população em 1989.

Somente em 1996 parte da sociedade uruguaia voltou a se organizar ativamente pela luta de memória, quando iniciaram-se as “marchas silenciosas”, que agora não mais pediam “verdade e justiça” como no período da redemocratização, mas sim “verdade, memória e nunca mais”. Entretanto, foi apenas no ano 2000, com a chegada de Jorge Blatter à presidência, que a questão dos desaparecidos na ditadura, a brecha existente na

---

<sup>20</sup> A ditadura uruguaia foi marcada, no que diz respeito à repressão, principalmente pela tortura e longos períodos de cárcere para os presos políticos. Assim, no retorno à democracia muitos continuavam detidos, e foi um dos primeiros conflitos a ser debatido: liberá-los ou julgá-los? Ver Aldo MARCHESI e Peter WINN, “Uruguay..”, *op. cit.*

Lei de Caducidade para investigações, tornou-se uma questão de Estado<sup>21</sup>. Foi organizada a primeira comissão da verdade oficial no país, a Comissão pela Paz (Comipaz), cujo objetivo era investigar apenas os casos de desaparecimento forçado na ditadura<sup>22</sup>.

Mas, foi a partir da chegada do Frente Amplio ao poder com o presidente Tabaré Vázquez em 2005 que realmente avançou-se no tema, com a chegada ao poder de atores políticos favoráveis às demandas de políticas de memória e direitos humanos significou uma importante mudança nas políticas públicas. Por exemplo, apesar de ter respeitado a Lei de Caducidade, o governo de Vázquez reinterpreto-a considerando que ela não incluía responsáveis civis ou crimes cometidos fora do Uruguai. Isso significou o julgamento e a condenação do ex-presidente Bordaberry e do chanceler Juan Carlos Blanco<sup>23</sup>.

Foi neste contexto de mudanças que o *Mundialito* ressurgiu na memória da sociedade uruguaia, com o lançamento em 2007 de um documentário de mesmo nome, mas principalmente a partir de 2010, quando o filme ganhou destaque regional nos 30 anos da realização do evento.<sup>24</sup>

## FESTAS E VITÓRIAS EM CASA

A realização de um torneio esportivo internacional significa ao mesmo tempo euforia, dedicação e riscos. Afinal, não há garantias de que o evento ocorrerá dentro do planejado e esperado. Portanto, o que leva a tais ditaduras a “correr tal risco”? Na Argentina, por um lado, a Copa não apenas significava altos gastos para o regime, mas também era uma possibilidade de ação dos grupos de luta armada que tentavam se reorganizar. Por sua

---

<sup>21</sup>O artigo 4 da Lei de Caducidade dava ao Executivo o poder de investigar os casos de desaparecimento forçado e a apropriação ilegal de bebês, e a lei tampouco incluía crimes econômicos, ver Carlos DEMASI, “La evolución...”, *op. cit.* Esse “espaço” foi a forma encontrada no futuro para a condenação de ao menos parte dos responsáveis pelos crimes durante a ditadura.

<sup>22</sup> Entre 1985 e 2007 o Uruguai teve 5 Comissões da Verdade, porém a primeira com o caráter de encontrar culpados de delitos de lesa humanidade por iniciativa estatal foi a Comipaz. Em 1985, por exemplo, a Comissão sobre os Desaparecidos tinha apenas um caráter de coletar dados, sem informar responsáveis (Aldo MARCHESI; Peter WINN, “Uruguay...”, *op. cit.*).

<sup>23</sup> Bordaberry foi condenado na causa Michelini e Ruiz, que julgou o desaparecimento destes dois líderes partidários em Buenos Aires em 1976; já Juan Carlos Blanco foi condenado na causa relacionada à professora Elena Quinteros, quem foi retirada de dentro da embaixada da Venezuela em 1976 no momento em que pedia asilo político (*ibidem*).

<sup>24</sup> *Mundialito*. Diretor: Sebastián Bednarik. 72 minutos, 2007.

vez, o Uruguai vivia um momento delicado de busca consenso e legitimação através de um plebiscito. Acreditamos que, além de pensar o futebol como espaço de interesses específicos de discursos e práticas nacionalistas, devemos considerar que “El fútbol como acontecimiento festivo contiene una fuerza de participación y de creación, es expresión de contenidos comunitarios. La fiesta crea momentáneamente la ilusión de comunidad, la ilusión de unidad, de una sociedad homogénea”<sup>25</sup>. Era esta ilusão que buscavam as ditaduras.

Apesar da Argentina ter sido escolhida como sede em 1966 e confirmada em 1974, quando a Copa foi realizada já se passavam 2 anos do golpe que depôs da presidência Isabel Perón, em março de 1976. De acordo com Daniel Lvovich<sup>26</sup>, o golpe de 1976 representou um momento em que as lideranças civis e militares do país estavam de pleno acordo quanto às medidas que deveriam ser tomadas. Tratava-se de “destruir as bases da desordem”, de “liquidar a ‘Argentina maldita’”. E como observou Hugo Vezzetti, o *Proceso de Reorganización Nacional* “anunciaba desde la desmesura de esa denominación que no le bastaba intervenir sobre el Estado y las instituciones, sino que la *Nación* misma debía ser objeto de una profunda reconstrucción”<sup>27</sup>. Era este processo de “refundação nacional” – assentado em políticas de Estado baseadas no desaparecimento dos opositores, transformados, então, em “inimigos” –, que estava em curso quando da realização da Copa em 1978.

Naquele ano, a Argentina estava no centro do debate internacional em função de dois eventos que sediaría: a própria Copa do Mundo de Futebol e o Congresso Internacional de Câncer. Na época, a imagem do país no exterior estava bastante associada às acusações de violação dos direitos humanos. Por isso, a principal preocupação do governo era sua imagem externa e sua repercussão internamente. Nesse momento a “subversão interna” já estava derrotada, e a nova ameaça era a “subversão externa”, e também aqueles que acusavam o regime de violação de direitos humanos. Os

---

<sup>25</sup> Federico MEDINA CANO, “El fútbol y la vivencia festiva de la nacionalidad”. México, *Razón y Palabra*, vol. 14, núm. 69, julio-agosto, 2009, p. 4.

<sup>26</sup> Daniel LVOVICH, “Sistema político y actitudes sociales en la legitimación de la dictadura militar argentina (1976-1983)”. In: *Ayer*, número 75, 2009, pp. 275-299.

<sup>27</sup> Hugo VEZETTI, *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2003, p. 55. Citado em Daniel LVOVICH, “Sistema...”, *op. cit.*, p. 280.

militares chamaram tais acusações de “campanha anti-argentina”, denunciando um movimento internacional contra o país por parte de organizações de Direitos Humanos, organismos internacionais e exilados no exterior<sup>28</sup>.

Também em função da atenção que o mundo dava ao país no período houve um forte aumento das já citadas denúncias contra as violações de direitos humanos e também contra os desaparecimentos forçados de pessoas e o terrorismo de Estado. Tais denúncias eram originárias em grande parte da Europa, onde as principais manifestações vinham de grupos e partidos de esquerda, do governo dos Estados Unidos e da Anistia Internacional<sup>29</sup>. Foram de fatos organizados comitês de boicote ao evento, com sede principal na França<sup>30</sup>. Em seu discurso, os militares denunciavam o que consideravam uma campanha externa contra o país, resultado de um desconhecimento da realidade nacional por parte dos acusadores e também de uma ação da “subversão externa”. Na verdade, a “campanha anti-argentina” tratava, e primeiro lugar, de uma re-atualização de antigas denúncias, existentes desde o primeiro ano do regime e que ganhou força em 1978<sup>31</sup>.

Assim, a Copa do Mundo ocorreu quando os militares necessitavam renovar parte da legitimidade inicial do golpe de Estado, procurando apoio e consenso por parte da sociedade civil. Naquele momento o governo concentrava-se em medidas de reestruturação nacional, já que as consequências da política econômica ainda não eram visíveis. Logo, não apenas ganhar a Copa era importante, já que como país sede os militares puderam utilizar a própria organização do evento como propaganda a seu favor, e responder às acusações vindas do exterior.

Um dos principais pontos de desavença tanto para a sociedade como para os membros das Forças Armadas foi o custo de organizar a Copa. Para alguns era um valor abusivo em um momento econômico delicado, o que se somava ao fato de que muitos não acreditavam que o governo seria capaz de terminar todas as obras necessárias a tempo.

---

<sup>28</sup> Marina FRANCO, “Derechos humanos, política y fútbol”, *Entrepasados*, Buenos Aires, v.XIV, 28 (2005), pp. 27–45.

<sup>29</sup> Hugo QUIROGA, “La verdade...”, *op.cit.*

<sup>30</sup> Lívia G. MAGALHÃES, *Com a taça nas mãos: sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro, Lamparina/Faperj, 2014.

<sup>31</sup> Marina FRANCO, “Derechos...”, *op. cit.*

Um dos mais fortes opositores à realização do evento foi o ministro da Economia à época, José Martínez de Hoz, segundo o qual a situação econômica do país não permitia esse tipo de gastos. Finalmente, contudo, os militares decidiram pela realização da Copa, pois sabiam os benefícios que poderiam conseguir realizando-a no país. Assim, em 2 de julho de 1976, era criado o Ente Autárquico Mundial 78, responsável pela organização do Evento. Nas disputas internas entre Exército e Marinha, foram os almirantes quem de fato controlaram o Organismo, através do Vice-Almirante Carlos Lacoste<sup>32</sup>. Importante destacar que:

*A lei também garantia outras facilidades: as importações para as obras estavam isentas de taxaço de impostos; o lucro das associações esportivas e até da Fifa e das Confederações Continentais também estava livre de tributação; a distribuição dos fundos do EAM 78 era decisão da própria entidade, que não precisava prestar contas sobre suas decisões<sup>33</sup>.*

Como veremos, os altos gastos do evento argentino seriam questionados posteriormente, mas não se tornaram um empecilho para que o Uruguai também investisse grandes somas em seu papel como país sede da Copa de Ouro. Entretanto, este é um ponto em que as dimensões dos 2 eventos merecem ainda maior destaque. Os uruguaios tinham a seu favor a simplicidade do torneio, mas ainda assim precisaram negociar com a Fifa para que fosse possível ao menos cobrir parte dos gastos com publicidade e venda dos direitos de transmissão. Portanto, tornava-se fundamental também criar um interesse no evento, para que o mesmo fosse visto como uma mercadoria rentável. Neste sentido, tanto a Copa de 1978 como o Mundialito surgem como eventos esportivos em uma lógica mais contemporâneo de Megaeventos como conhecemos hoje.

O prazo de organização do Uruguai também foi bastante curto, apesar da ideia ter sido citada ainda antes do final da Copa da Argentina. Em artigo no *Fifa News* de junho de 1980, o jornalista uruguaio Atilo Garrido afirmou que a proposta de sediar um torneio comemorativo dos 50 anos da Copa do Mundo de 1930 apareceu em novembro de 1977,

---

<sup>32</sup> Segundo Livia G. MAGALHÃES, *Com... op.cit.* p.58: “Em 1976, o presidente e chefe do Exército Jorge Videla nomeou o General Actis como presidente da instituição. Massera aceitou, porém exigiu que o Almirante Carlos Alberto Lacoste fosse o segundo nome na instituição, e os desentendimentos entre os dois responsáveis pelo EAM foram constantes. Em agosto de 1976 Actis foi assassinado em um episódio contraditório, e a presidência da entidade foi ocupada formalmente pelo general Antonio Merlo, mas o poder de fato possuía Lacoste”.

<sup>33</sup> *Ibíd.*, p. 73.

em uma reunião do Conselho Executivo da AUF<sup>34</sup>. Ou seja, no relato oficial, a ideia antecedeu a realização da Copa da Argentina de 1978. Ainda assim, é válido considerar que a data de confirmação do evento pela Fifa é novembro de 1979, ou seja, mais de 2 anos depois, e já se sabendo do *sucesso* do evento argentino. De fato, no mesmo artigo de junho de 1980, Garrido destaca que o segundo passo foi durante o sorteio dos jogos da Copa de 1978 e, finalmente, os primeiros contatos com as federações, sondando a possibilidade ou não de participação, ocorreram durante o Congresso da Fifa na Argentina durante a Copa. As versões são variadas. Mas é interessante constatar que, uma vez confirmada a Copa de Ouro, “Posteriormente, la FIFA toma el torneo como propio y designa a *Hermann Neuberger* y al contraalmirante *Carlos Alberto Lacoste* como presidente y vicepresidente de su Comisión Organizadora”<sup>35</sup>. Ou seja: Lacoste, o grande nome do EAM 78 também foi um dos responsáveis pela organização do evento uruguaio.

A proposta da AUF era de que a mesma seria responsável por todos os gastos das associações participantes (30 pessoas em cada uma) e dos membros da Fifa, além do pagamento e gastos de árbitros e juizes. Além disso, foi acordado também o pagamento, por parte da AUF, de 1% para a Fifa e 0,5% (cada) para a União das Federações Europeias de Futebol (UEFA) e para a Confederação Sul-americana de Futebol (CONMEBOL) do arrecadamento bruto da venda dos ingressos. Finalmente, as associações participantes também receberiam 150 mil dólares por jogo, outro gasto por conta da AUF (Arquivo Fifa: *Caixa Mundialito*, documento sem identificação). Para que isso fosse possível, tanto a Fifa como as associações convidadas renunciaram ao copyright do evento, o que significou que a AUF seria a única beneficiada da venda dos direitos de rádio e TV, finalmente vendidos para a o empresário grego/uruguaio Angelo Vulgari através da empresa panamenha Strassa<sup>36</sup>.

A proposta de um torneio com todos os campeões mundiais da Copa da Fifa não se concretizou com a ausência da Inglaterra (campeã em 1966), que alegou incompatibilidade com o calendário local. De fato, o torneio aconteceu entre os meses de dezembro e janeiro,

---

<sup>34</sup> Atilo GARRIDO, “Copa de Oro”. *Fifa News* 205, junho de 1980, pp. 339-345.

<sup>35</sup> Daniel GALOTO e Franklin MORALES “Uruguay y su Copa de Oro”. *Fifa News* 208, setembro de 1980, p. 507.

<sup>36</sup> Daniel GALOTO e Franklin MORALES “Uruguay...” *op. cit.*

no recesso negociado entre os países europeus e seus clubes, como foi o caso da Itália, que após o início das reuniões da Comissão Organizadora em janeiro de 1980 ainda tinha dúvidas sobre as datas dos jogos e a liberação por parte dos clubes. Finalmente, participaram as seguintes seleções: Uruguai (campeão em 1930 e 1950); Itália (campeã em 1934 e 1938); Alemanha (campeã em 1954 e 1974); Brasil (campeão em 1958, 1962 e 1970); Argentina (campeã em 1978); e a Holanda, substituindo a Inglaterra, como última vice-campeã. E como sede, apenas o estádio Centenário, em Montevideu, construído especialmente para a Copa de 1930, que recebeu 7 jogos nos 11 dias do torneio.

Como já comentamos nesse trabalho, assim como para o caso argentino, o ponto de maior interesse da Organização e da ditadura ao apoiar o evento era o planejamento e a organização da Copa de Ouro. Afinal, tudo dependia do sucesso da empreitada. É interessante analisar que até mais do que a vitória. Afinal, o futebol é um jogo em que, não raras vezes, o resultado surpreende. Garantir a vitória da seleção nacional não era possível. Mas, sim o era apresentar ao mundo e aos próprios uruguaios, um *Mundialito* eficiente.

Nesta procura por uma imagem positiva do país, as obras de infraestrutura se destacam. E apesar da diferença quanto a magnitude dos dois eventos, tanto Argentina como Uruguai enfrentaram momentos de tensão com a Fifa em relação à infraestrutura. Para 1978, agravava a situação a questão das diversas sedes e o atraso nas obras sob responsabilidade do Comitê de Organização pré-golpe. Assim:

*A Argentina viveu anos intensos entre 1976 e 1978 com a construção de hotéis, reforma de aeroportos, abertura de estradas para alguns estádios, e até da instalação de um novo sistema e uma nova rede de transmissão televisiva, o regime se viu frente a oportunidade de trabalhar a organização da Copa como uma vitrine de propaganda oficial<sup>37</sup>.*

Os estádios sempre aparecem como preocupação principal. Mesmo para o Uruguai, que concentrou seus jogos no estádio Centenário, recebeu advertências da Fifa quando as

---

<sup>37</sup> Livia G. MAGALHÃES, *Com...*, *op. cit.*, p. 65.

primeiras inspeções destacaram incapaz para organizar um evento internacional daquele porte<sup>38</sup>.

Mas, é interessante destacar o papel da tecnologia da televisão a cores. Como aconteceu com a Copa de 1978 e a ditadura argentina, a chegada da TV colorida foi parte dos projetos de infraestrutura para sediar o evento da Fifa, e tornou-se, assim, associada a uma realização estatal. Para ditaduras com projetos importantes de desenvolvimento nacional, era um dos momentos de maior impacto construir o discurso nacionalista a partir do avanço tecnológico.

Finalmente, apesar da derrota no plebiscito e dos gritos de “vai acabar, vai acabar a ditadura militar” da torcida na comemoração da conquista, a Copa de Ouro de fato significou a renovação temporária da imagem da ditadura, pelo menos no mundo esportivo. Como publicou o Joseph Blatter, então diretor do departamento técnico da Fifa: “Con su victoria, Uruguay ha ganado acceso a la fama mundial y puede ahora con orgullo portar el título de “campeón de todos los campeones mundiales”. Es, por lo tanto, muy comprensible que los uruguayos proliferen en superlativos después de este fantástico triunfo”<sup>39</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto em 1978 na Argentina como no Uruguai em 1980-81 as ditaduras procuraram através do esporte incentivar uma participação popular controlada, associada a práticas de civismo, as quais representavam, por sua vez, as concepções de civismo daqueles regimes. E ambos os eventos interessavam aos seus regimes além da possibilidade de vitória da seleção nacional. Como as competições seriam realizadas nos próprios países, significavam para as ditaduras uma ferramenta a mais ao usar tais campeonatos a seu favor.

Assim, depois de alguns anos, as ditaduras argentina e uruguaia não apenas permitiram manifestações populares, mas incentivaram e utilizaram as competições esportivas para festejar um “êxito nacional”. Na lógica dos líderes militares de ambos os

---

<sup>38</sup> FIFA “Ata da Sessão número 2 da Comissão Organizadora”, Zurique 21/03/1980, Arquivo sede Fifa.

<sup>39</sup> J. S. BLATTER, “Entusiasmo sudamericano – Desencanto europeo”. *Fifa News* 212, janeiro 1981, p. 16.

países, o êxito ultrapassaria o limite esportivo, e por meio da propaganda política, a ideia era associar os próprios regimes às vitórias. Porém, os resultados não foram os mesmos. Como vimos, a ditadura uruguaia teve que lidar com a derrota no plebiscito de novembro de 1980, e tentar fazer o inverso do inicialmente planejado: desvincular o resultado nas urnas da vitória em campo.

Recentemente, em trabalho publicado em 2017, ao comparar a Copa de 1978 na Argentina com o evento no Uruguai, Rondón afirma que:

*En el caso uruguayo, aún con sus particularidades, se volvió a repetir el mismo patrón de uso y conducta. Partiendo de un concepto del evento futbolístico concebido como un espacio de construcción e imagen de la identidad nacional, con una importancia simbólica trascendental, su uso y manipulación como propaganda política se convirtió en un instrumento de primer orden al servicio del régimen militar<sup>40</sup>.*

Percebemos a permanência da interpretação do torneio uruguaio como uma mera cópia da Copa que ocorreu na Argentina dois anos antes. Este tipo de narrativa não apenas insiste em uma visão única de leitura de tais eventos, como também em uma análise já hoje bastante contestada na historiografia sobre a ideia e sociedades *vitimizadas* e *manipuladas* por essas ditaduras<sup>41</sup>. Além disso, reiteramos, desconsidera tanto o impacto da derrota do regime uruguaio no plebiscito anterior ao campeonato como todos os conflitos do processo de transição democrático pelo qual passou o país.

De todas formas, é fato que em um primeiro momento a leitura mais evidente quanto ao *Mundialito* é de uma nova versão ou uma tentativa de êxito igual aos argentinos. Porém, existem diferenças que precisam ser apontadas, e não só referentes às associações entre vitória esportiva e discurso das ditaduras. A primeira delas é quanto a organização do evento. Na Argentina que preparou a Copa de 1978 houve uma clara divisão entre as responsabilidades da Associação do Futebol Argentino (AFA) e o Comitê Organizador (Ente Autárquico Mundial 1978, EAM78). Enquanto o segundo foi responsável pela

---

<sup>40</sup> Gloria de los Ángeles Zarza RONDÓN, “El fútbol...”, *op. cit.*, p. 2.

<sup>41</sup> Sobre o assunto, os trabalhos recentes de Janaína Martins Cordeiro sobre a ditadura brasileira questionam a visão simplista da dicotomia ditadura X sociedade, por exemplo: Janaina Martins CORDEIRO, “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104.

organização da competição – o que incluía toda a infraestrutura, negociações financeiras, etc.), a AFA dedicou-se apenas à preparação da seleção nacional.

Pouco mais de 2 anos depois, a situação foi diferente no Uruguai. Apesar do *Mundialito* ter sido declarado de interesse nacional pelo regime<sup>42</sup>, tanto a infraestrutura, organização e planejamento quanto a preparação da seleção foram responsabilidades da AUF. Para o evento de 1978, as reuniões da Fifa aconteciam com os membros do EAM; para a Copa de Ouro, eram os representantes da AUF, à quem se subordinava o Comitê Organizador. No entanto, isso não significa a não participação das Forças Armadas. Entre 1977 e 1982, os 3 presidentes que ocuparam a Associação Uruguiaia eram militares: Coronel Mario Garbarino (1977-78), Capitão Yamandu Flangini (1978-1980), e Coronel Matías Vázquez (1981-1982).

Pensemos também as vitórias e as manifestações populares envolvidas. Na Argentina a comoção nacional foi intensa, e a conquista futebolística foi associada ao modelo de sociedade e nação imposto pelos militares. No discurso do presidente Videla, a Copa de 1978 simbolizava uma nova etapa do Processo de Reorganização Nacional vencida pelos militares. Na lógica do regime, a ameaça “subversiva interna” tinha sido derrotada e era o momento do povo argentino, em paz, mostrar seu valor e construir um novo país, como afirmou em entrevista o então presidente General Jorge Rafael Videla: “Es un día de júbilo para nuestro país. Por ello pido a Dios Nuestro Señor. Que este evento sea realmente una contribución para afirmar la paz. Esa paz que todos deseamos para todo el mundo y para todos los hombres del mundo”<sup>43</sup>.

Com a vitória na Copa dentro de casa e a emoção popular assim gerada, com grande manifestação pelas ruas de todo o país, o governo argentino não deixou de associar o êxito esportivo ao seu próprio projeto. Pode-se questionar se realmente não foi o regime civil-militar o grande vencedor: com a realização do evento e a vitória da seleção, as Forças Armadas conseguiram melhorar temporariamente sua imagem internamente e renovar, também temporariamente, o consenso dentro do país. Além disso, mesmo com o aumento das denúncias contra a violação de direitos humanos no país (e com a visita da

---

<sup>42</sup> FIFA “Ata da Sessão número 2 da Comissão Organizadora”, Zurique 21/03/1980, Arquivo sede Fifa.

<sup>43</sup> Jornal *Clarín*, 28/6/78, s/n.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em 1979 e as duras críticas feitas ao regime), houve uma mudança momentânea na imagem da Argentina internacionalmente. A principal razão foram os testemunhos positivos de esportistas e jornalistas que participaram do evento. Já internamente, declarada a vitória na guerra contra a “subversão interna”, o governo conseguiu uma considerável mobilização das massas populares a seu favor. E os meios de comunicação que apoiavam o projeto oficial tiveram um papel fundamental nessa associação entre o sucesso na área esportiva e o modelo do Processo.

Por outro lado, no Uruguai a celebração não teve o mesmo impacto para a ditadura. Certamente a análise das manifestações de torcedores é complexa e deve ser mais desenvolvida, mas um acontecimento específico chama a atenção. Enquanto em 1978 a ditadura festejou em campo e nas ruas com a torcida, no Uruguai em 1981 houve tensões. Nos últimos minutos da partida final, a entrada da banda militar em campo gerou protestos das arquibancadas, e não demorou muito para a manifestação esportiva se transformar em política. Como vimos, logo após a vitória da seleção, ainda no estádio centenário, a multidão de torcedores gritava: “vai acabar, vai acabar, a ditadura militar”. Neste sentido, é importante lembrar a proximidade com o plebiscito de novembro de 1980, que significou uma derrota para o regime e o rechaço ao projeto militar pela maioria da sociedade. Gerardo Caetano, diferente do que afirma Rondón, destaca que a Copa de Ouro “fue un gran éxito popular, pero fue un fracaso absoluto para el régimen. (...) Terminó siendo una instancia de confrontación”<sup>44</sup>. Para o historiador, o evento mostra o desconhecimento da ditadura sobre a cultura do futebol, ao entrar em campo nos minutos finais do jogo uma banda militar, que foi vaiada.

A colocação de Caetano, se pensada em comparação com as celebrações argentinas, nos serve para questionar: tais gritos eufóricos podem ser compreendidos fora do contexto de exaltação esportiva? Podemos considerar, então, que o espaço futebolístico se tornou uma via de expressões políticas reprimidas ao longo das ditaduras? Sendo assim, por que, então, a narrativa memorialística de associação entre as “vitória e ditadura” permanece como a principal em ambos os casos?

---

<sup>44</sup> Entrevista de Gerardo Caetano em *Mundialito*. Diretor: Sebastián Bednarik. 72 minutos, 2007.

Johann Michel, ao tratar da construção de memórias e narrativas por parte de poderes públicos aponta que as mesmas “se orientam a supostamente unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mesmo se essas configurações narrativas dizem mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva sobre a qual supostamente se apoiaria”<sup>45</sup>.

Para os uruguaios, a associação entre futebol e ditadura que levou a ausência da Copa de Ouro nas construções memorialísticas pós ditadura, e uma das possíveis leituras sobre a Copa de Ouro seria a partir de um contexto de euforia com a vitória do “não” no plebiscito. As euforias se unem, a conquista no plebiscito e no campo esportivo. Assim, pensar hoje o torneio é considerar também a memória recente sobre a ditadura uruguaia. Além disso, nos permite também considerar desde outro ponto de vista, o do esquecimento por quase duas décadas, em contrapartida à exaltação popular do momento da vitória, o início do processo de transição democrática após o resultado do plebiscito.

Já em relação à Argentina, talvez pela maior importância que possui uma Copa do Mundo, a competição tornou-se um grande espaço de disputas em tempos democráticos. E, como vimos, as memórias sobre aquela primeira conquista são espaços de conflito e disputas: “Hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma”<sup>46</sup>.

Assim, é preciso questionar os discursos construídos durante as transições democráticas e em democracia, marcados por tais permanência de conflitos e disputas. Na ausência de uma imagem comum que seja reconhecida pelos diversos atores sociais e políticos, permanecem os muitos sentidos da memória já produzidos, e que ainda hoje se produzem, sobre tais temas. Portanto, é importante considerar que esses discursos de vitórias esportivas se relacionam diretamente com suas histórias nacionais. Apesar de tudo, o lugar político do discurso memorialístico ainda é a nação, ainda que o mesmo seja um fenômeno global<sup>47</sup>. E, a partir disso, se abre espaço para repensarmos não apenas as

---

<sup>45</sup> Johann MICHEL, “Podemos falar de uma política do esquecimento?”, *Revista Memória em Rede, Universidade Federal de Pelotas*, v. 2, 3, agosto/novembro (2010), p. 15.

<sup>46</sup> Elizabeth JELIN, “La justicia...”, *op. cit.*, p. 6.

<sup>47</sup> Andréas HUYSSSEN, *Seduzidos pela memória*, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

narrativas argentinas e uruguayas sobre seus passados recentes, mas nossas formas de compreender os fenômenos esportivos e suas relações com a sociedade e o autoritarismo.

## BIBLIOGRAFIA

### Artigos e Livros

- Andrés Alberto BUFALI, Jorge Daniel BOIMVASER y Daniel Guillermo CECCHINI, *El libro negro de los Mundiales de Fútbol*. Buenos Aires, Planeta, 1994.
- Gerardo CAETANO y José RILLA, *Breve historia de la dictadura*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2004.
- Pilar CALVEIRO, *Poder y desaparición*, Buenos Aires, Colihue, 2006.
- Carlos DEMASI, “La evolución del campo político en la dictadura”, en C. DEMASI; P. DIETSCHY; Y. GASTAUT e S. MOURLANE, *La dictadura cívico-militar. Uruguay 1973-1985*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2013, pp. 15-116.
- Marina FRANCO, “Derechos humanos, política y fútbol”, *Entre pasados*, Buenos Aires, v. XIV, 28 (2005), pp. 27- 45.
- Andréas HUYSEN, *Seduzidos pela memória*, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- Elizabeth JELIN, “La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial”, Carlos FICO (et al), *Dictadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008, pp. 341-360.
- Daniel LVOVICH, “Sistema político y actitudes sociales en la legitimación de la dictadura militar argentina (1976-1983)”, *Ayer*, 75 (2009), pp. 275-299.
- Livia G.MAGALHAES, *Com a taça nas mãos: sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2014.
- Aldo MARCHESI, “Uma parte do povo Uruguaio feliz, contente, alegre’ Os caminhos culturais do consenso autoritário durante a ditadura”, Denise ROLLEMBERG; Samantha Viz QUADRAT (orgs.), *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. v. 2: Brasil e América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, pp-563-595.
- Aldo MARCHESI e Peter WINN, “Uruguay: los tiempos de la memoria”, Peter WINN (et al), *No hay mañana sin ayer. Uruguay y las batallas por la memoria histórica en el*

*Cono Sur*, Santiago de Chile, Ediciones de la banda oriental/LOM Editores, 2014, pp. 121-204.

- Federico MEDINA CANO, “El fútbol y la vivencia festiva de la nacionalidad”. *México: Razón y Palabra*, vol. 14, núm. 69, julio-agosto, 2009.
- Johann MICHEL, “Podemos falar de uma política do esquecimento?”, *Revista Memória em Rede, Universidade Federal de Pelotas*, v. 2, 3, agosto/novembro (2010), pp.14-26.
- Alejandra NAFTAL e Vera CARNOVALE, “La construcción del Archivo Oral de Memoria Abierta”. Comunicação apresentada no Congresso Internacional de História Oral, Roma, 26 a 29 de junho de 2004.
- Marcos NOVARO e Vicente PALERMO, *Historia Argentina v. 9 – La dictadura Militar 1976/1983, del golpe de Estado a la restauración democrática*, Buenos Aires: Paidó, 2003.
- Hugo QUIROGA, “La verdad de la justicia y la verdad de la política. Los derechos humanos en la dictadura y en la democracia”. In Hugo QUIROGA e César TCACH, (org.). *A veinte años del golpe con memoria democrática*. Rosario, Homo Sapiens Ediciones, 1996, pp. 67-86.
- Ricardo SIDICARO, “El régimen autoritario de 1976: refundación frustrada y contrarrevolución exitosa”. In Quiroga, Hugo e Tcach, César (org.). *A veinte años del golpe con memoria democrática*. Rosario, Homo Sapiens Ediciones, 1996, pp. 9-26.
- Douglas Wanderlei VASCONCELLOS, *Esporte, Poder e Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- Gloria de los Ángeles ZARZA RONDÓN, “El fútbol como fiesta, el balón como bandera”, *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, 33 (2017).

### **Fontes**

- Arquivo Fifa, Zurique
- Jornal *Clarín* – Argentina
- Jornal *El País* - Espanha
- *Mundialito*. Diretor: Sebastián Bednarik. 72 minutos, 2007.